

POLÍTICA

Centrão é maioria

O deputado Amaral Netto anunciou que o grupo já é maioria na Constituinte. E que teria conseguido 281 assinaturas de apoio ao projeto de alterar o regimento interno. Enquanto isso, o Planalto nega que o governo venha interferindo nos trabalhos da Assembleia e que prepare novo substitutivo.

O grupo denominado Centrão, atingiu ontem, no início da noite, 281 assinaturas — uma a mais do que o necessário para configurar a maioria absoluta — de apoio ao documento que visa alterar o regimento interno da Constituinte. A informação foi prestada pelo líder do PDS, deputado Amaral Netto, sustentando que "maioria é maioria e os golpes nunca partem dela" — num contra-ataque às críticas que o grupo recebeu nas sessões e nos corredores. A demonstração de força do grupo, porém, quase não se concretizou: logo pela manhã alguns deputados protestaram por constarem da lista, enquanto outros pediam a retirada de seus nomes da relação.

Já o ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, negou-se a reconhecer qualquer interferência do Palácio do Planalto na Constituinte. "Os constituintes é que têm mandato popular para escrever a Carta Magna", disse, acrescentando que o presidente Sarney está apenas acompanhando com interesse o movimento do Centrão. Numa resposta às críticas de parlamentares, disse ainda desconhecer qualquer estudo do Planalto para apresentação de um novo substitutivo, afirmando que o consultor-geral da República, Saulo Ramos —

acusado de estar participando desse trabalho — se encontra na Europa. Por último, destacou que o presidente Sarney continua firme na defesa do presidencialismo e dos cinco anos para seu mandato.

O projeto do Centrão, de defesa da livre iniciativa, prevê alcançar hoje mais de 300 assinaturas, mas sua formalização vai depender de possíveis entendimentos de seus coordenadores com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

"A única saída para a Constituinte são os acordos de maioria. Não estamos aqui para homologar nada, e sim discutir a nova Constituição, e não aceitamos imposições de setores minoritários e radicais", afirmou o deputado Afif Domingos (PL-SP), observando que os acordos poderão contar com o apoio inclusive de Ulysses e do líder Fernando Henrique Cardoso — que já mantiveram uma primeira reunião visando a alterar o regimento para permitir a modificação de dispositivos dos capítulos através de emendas.

O interesse do Centrão, segundo Afif, é eliminar as incompatibilidades, de modo que a futura Carta não se torne irreal. Entre essas citou a estabilidade do trabalhador e vários



Amaral Netto



Afif Domingos



Carlos Sant'Anna

Retiradas

Por sua vez, o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) interrompeu a reunião matutina da Comissão de Sistematização para, indignado, protestar contra a inclusão de seu nome na lista, publicada pelo *Correio Brasileiro*. Enquanto ele rasgava o jornal em frente ao microfone, o deputado Dado Coimbra (PMDB-RJ), encarregado de organizar as adesões, entrava correndo em plenário e pedia a palavra para esclarecer: "O nome é de Virgílio Galassi (PDS-MG). Não tenho

culpa se houve erro do jornal", justificou-se.

Quatro deputados do PDT que tinham assinado o documento enviaram ofício a Ulysses Guimarães, pedindo considerar sem efeito suas assinaturas. Foram eles: Chico Humberto (MG), Adroaldo Steck (RS), João de Deus Antunes (RS) e José Fernandes (AM). O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) também retirou sua assinatura, além dos deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Mendes Thame (PFL-SP), que teriam pedido para retirar suas assinaturas. O depu-

tado Michel Temer (PMDB-SP) explicou, por sua vez, que apoiou apenas tecnicamente, mas não o conteúdo das emendas que viessem a ser apresentadas pelo grupo, enquanto o deputado José Maria Eymael (PDC-SP) negou ter assinado e propôs a reabertura do prazo para apresentação de emendas, depois que a Comissão de Sistematização concluir seus trabalhos.

Entre assinaturas e recuos estão se realizando entendimentos entre parlamentares influentes das várias facções. O senador José Richa (PMDB-PR) da "Operação Primavera", converteu com o líder do governo, Carlos Sant'Anna, para mostrar que seria mais conveniente um acordo de maioria, para votar no plenário, do que emendas substitutivas, supressivas ou aditivas, reabrindo o processo de emendas. Sant'Anna não fechou as portas, mas disse que o movimento pela reforma do regimento terá o apoio de mais de 300 constituintes.

O presidente da Constituinte, mesmo sem contestar a iniciativa do Centrão, continua defendendo o entendimento, insistindo na inconveniência de novas emendas substitutivas.

Animado com as articulações do

Centrão, Carlos Sant'Anna tem dito que o perfil da Comissão de Sistematização é diferente do perfil do plenário. "A Comissão foi composta a dedo pelo líder Mário Covas. As esquerdas estão predominando" — comentou.

Os moderados não discordam, mas afirmam que "as esquerdas, mesmo minoritárias, estão organizadas e se preparam a cada votação", o que não vem acontecendo com as outras correntes "como o centro, centro-esquerda e centro-direita". "Das vantagens que as esquerdas estão conseguindo" — observou um dos principais parlamentares do PMDB, favorável ao entendimento para evitar o impasse.

Na sessão noturna, a iniciativa do Centrão também provocou críticas. Segundo o líder do PDT, Brandão Monteiro, o ministro do Interior, João Alves, teria telefonado a parlamentares pedindo apoio para o documento do grupo, enquanto o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) ironizou: "Está ocorrendo uma momentânea convergência de interesses entre a direita conservadora e retrógrada e os defensores do presidencialismo". Para o deputado Francisco Kuster (PMDB-SC) "deveríamos manter a prontidão para simbolizar o estado em que devemos nos manter para evitar os golpes na Constituinte".

Golpe de mestre

Um golpe de mestre no Centrão. É isso que o deputado Ulysses Guimarães está tentando dar. Ou já deu. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte aceitou acabar com a superposição de tarefas entre a Comissão de Sistematização e o plenário, voltando atrás em sua decisão da semana passada e dispondo que o plenário não se reúne até que os sistematizadores tenham concluído a discussão e a votação do projeto Bernardo Cabral. Assim, o plenário receberá um projeto inteiro, não apenas as primeiras partes já votadas, ainda que a iniciativa proteja por tempo bem mais longo a promulgação da nova Constituição. Em paralelo, Ulysses também já admite a apresentação de emendas substitutivas no plenário, coisa que estava proibida em nome da rapidez dos trabalhos.

Como eram essas as duas principais reivindicações do Centrão, maioria constituinte formada pelos

deputados e senadores liberais e moderados, desaparece o motivo maior do impasse a que vinham chegando as forças políticas. Será preciso, é claro, que o Centrão demonstre dispor mesmo de mais de 280 votos, entre os 559 que formam a Assembleia Nacional Constituinte. Coisa que não parece difícil, pelos cálculos feitos até a noite de ontem.

Vão-se os anéis, salvam-se os dedos, para Ulysses Guimarães, que dá outra demonstração de jamais remar contra a maré. Se a tendência, nos últimos dias, favoreceu os grupos parlamentares de centro, ele acabou ficando com eles, como havia, antes, ficando com as esquerdas.

Fala-se em golpe de mestre no Centrão porque, satisfeitas suas exigências principais, o grupo tenderá a se dissolver diante de outras questões. Os senadores e deputados moderados e liberais não querem que o projeto Bernardo Cabral se transforme em nova Constituição por conta

de dispositivos econômicos e sociais considerados inzequívocos e já aprovados na Comissão de Sistematização. Bater-se-ão por modificá-los no plenário, agora que, parece, dispõem da prerrogativa de emendar amplamente o projeto. Mas não ficarão mais pé na luta contra o parlamentarismo e, muito menos, na defesa dos cinco anos para o presidente José Sarney, como parecia certo que fariam. Nesses aspectos, dividem-se.

Mais uma derrota para Sarney, tudo indica. Porque ele estimulou e aplaudiu o aparecimento do Centrão como forma não só de evitar fantasias e lirismo nos capítulos sociais e econômicos. Tinha esperança de que, de roldão, esse novo grupo sustentasse também o presidencialismo e o período de cinco anos de mandato para ele e seus sucessores. Não era o que interessava fundamentalmente ao bloco, apesar das aparências.

O processo constituinte está em

mudança permanente, podendo registrar-se novas alterações nas próximas horas, ou, até, já se ter registrado, na madrugada que passou. A anotar, porém, ao lado da maleabilidade e do jogo de cintura com que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte se comporta, está o desgaste de todo o conjunto. A superposição de tarefas entre a Comissão de Sistematização e o plenário serviria para apressar os trabalhos, assim como a proibição da apresentação de emendas em plenário. Só que o produto final seria lamentável. Curvando-se à vontade da maioria, Ulysses evitou, ou evitará, o racha entre seus companheiros, mas, no re-

verso da medalha, assistirá a Constituinte prolongar suas atividades pelo ano que vem a dentro. Só por milagre obterá, agora, a promulgação da nova Carta em dezembro. Se 93 constituintes, os sistematizadores, acabarem levando quatro meses ou mais para discutir e votar o projeto, o que dizer de 559, que só em dezembro começarão a trabalhar? Ainda mais se, entre eles, mais da metade pretende mudar em profundidade os capítulos econômicos e sociais que tiverem sido aprovados pela Comissão de Sistematização.

Em paralelo, e sem que o deputado Ulysses Guimarães tenha to-

mado posição até agora, crescem as chances de a Assembleia Nacional Constituinte terminar consagrando o parlamentarismo e o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Isso quer dizer eleições diretas para presidente da República no ano que vem. Ulysses é pelo presidencialismo mas não quebrará lanças em sua defesa se sentir a inclinação maior do plenário pelo parlamentarismo. Como aceitará, até satisfeito, os quatro anos de mandato para Sarney, capazes de facilitar sua candidatura à presidência já no ano que vem.

Carlos Chagas



Ricardo Flúza (esquerda) empurra Haroldo Lima

Um empurrão do deputado Ricardo Flúza (PFL/PE) no líder do PC do B na Constituinte, deputado Haroldo Lima, quando discursava o líder pefelista José Lourenço, e muitos pronunciamentos contrários à anunciada intenção do "Centrão", de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para impedir o funcionamento simultâneo da Comissão de Sistematização e do plenário da Constituinte, marcaram, ontem, a sessão ordinária da assembleia.

A tentativa de agressão do deputado Ricardo Flúza no líder comunista foi motivada por ter o parlamentar reagido às ironias feitas pelo deputado José Lourenço contra o antigo dirigente do Partido Comunista da Albânia, Enver Hoxa, chamando-o de "mentiroso, provocador e corrupto". Haroldo Lima não se conteve quando o líder José Lourenço comentou em seu pronunciamento que, ao morrer, em sinal de ter renegado suas posições, o dirigente do Partido Comunista da Albânia pediu perdão a Deus afirmando "não saber o que fez durante toda sua vida". O deputado Haroldo Lima garantiu ter levado um empurrão, mas alguns jornalistas asseguraram que ele levou também um soco de Flúza.

A Sessão da Constituinte começou às 14h30, com um pronunciamento do deputado Olívio Dutra (PT-RS) protestando contra a tentativa do "Centrão" de modificar o regimento interno para facilitar a apresentação de substitutivo "elaborado nos escaninhos do poder executivo". Conforme o deputado pedetista, a opinião pública está sendo trabalhada contra a Constituinte por aqueles que até agora têm sido contrariados pelas deliberações da Comissão de Sistematização. Em resposta, o deputado Delbosco Amaral (PMDB/SP) disse

Socos, sopapos e impropérios.

Uma alusão ao líder comunista Enver Hoxa provocou confusão no plenário. E uma troca de "gentilezas" entre os deputados Haroldo Lima e Ricardo Flúza.

ter assinado o documento do "Centrão" e que voltaria a fazê-lo "para evitar que o 'imperador' Ulysses Guimarães e alguns líderes, também, que são subimperadores, possam querer transformar isto numa Constituinte de meia dúzia".

Conforme o deputado paulista, "o único golpe que se conhece, até agora, é o golpe contra o regimento, é o golpe do deputado Ulysses Guimarães, querendo desestabilizar o governo, para chegar mais depressa ao poder". Para ele, "é o presidente da Constituinte quem está se descuidando, como um inimigo do Brasil, e tem a obrigação de cobrar daqueles que falam em contracheque da história, para saber se nós, num certo momento, não começaremos também a investigar todos os cheques e contracheques de sua vida progressa".

Até o ex-deputado constituinte, de 47, Carlos Marighela esteve presente nos discursos de ontem, quando completou 20 anos de sua morte. Ele foi homenageado pelos deputados petistas Florestan Fernandes e Luís Eduardo. Em seguida, o deputado pedetista Adilson da Mota, do Rio Grande do Sul, estranhou a reação à estratégia do "Centrão", afirmando que esse grupo pretendia apenas "fazer de

forma lisa e aberta aquilo que se fez escondido no gabinete do presidente da Constituinte. Nesse momento, o presidente dos trabalhos, Mauro Benevides, interferiu para esclarecer que as decisões sobre o funcionamento da Sistematização decorrem sempre de entendimentos entre as lideranças.

O deputado Amaral Netto, líder do PDS, advertiu que o "Centrão" continuará na linha "inarredável de vencer porque é maioria", enquanto o líder José Lourenço, do PFL, apelou para ironias contra o líder Haroldo Lima, gerando tumulto no plenário. O senador Nelson Carneiro esclareceu que, embora possa ser aprovada, a adoção do parlamentarismo só será estendida aos Estados na próxima administração.

O líder governista Carlos Sant'Anna encaminhou questão de ordem para saber o que acontecerá ao segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral se não for completamente votado, bem como a totalidade das suas emendas. Para ele, se isso acontecer, o anteprojeto fica "vulnerável". A Mesa não chegou a responder, mas o deputado José Genoíno (PT-SP) esclareceu que, depois da votação do substitutivo pela comissão, os destaques serão apreciados em bloco.

Também o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, ocupou a tribuna para criticar o "Centrão", afirmando que seus integrantes, ao invés de tentar manobras regimentais, poderiam ter encaminhado seus destaques e se apresentado para defendê-los na Sistematização. Ele vinculou a decisão do STF em relação a Brandão Monteiro ao fato de a comissão estar votando o capítulo do Poder Judiciário, o que considerou como um "aviso prévio" dos seus integrantes aos constituintes que estão examinando o assunto.

Telefone: Alencar Monteiro